Notícias do dia 19 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE de Goiás quer trocar 55 cargos efetivos por 24 comissionados

Karla Araújo

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) tem a intenção de substituir 55 cargos efetivos de seu quadro de pessoal por 24 comissionados. O projeto que trata sobre o tema foi aprovado em primeira votação ontem na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

As novas contratações custariam R$ 2,8 milhões por ano. Já os cargos "em transformação" têm custo anual estimado em R$ 6,7 milhões, mas atualmente estão todos vagos. Os cargos efetivos precisam ser ocupados por pessoas que ingressam em uma instituição por meio de concurso público. Já os comissionados são de livre escolha.

Na justificativa do projeto, o presidente do **TCE**-GO, **conselheiro Edson Ferrari**, afirma que o objetivo é "incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle". Se a matéria for aprovada, serão extintos 40 cargos de técnico em controle externo e 15 de analista de controle externo.

De acordo com Ferrari, o **TCE**-GO possui 350 postos para analistas de controle, sendo que 124 estão vagos atualmente. No caso dos técnicos em controle, são 25 vagas ocupadas, do total de 80. Neste contexto, a extinção dos 55 postos sem ocupação é vista como "razoável".

O presidente também argumenta na justificativa que a escolha de pessoas para ocupar os cargos observará "as necessárias qualificações técnicas". Os novos postos devem atender principalmente a Ouvidoria e a Escola Superior de Controle Externo, criadas por meio de outro projeto também aprovado em primeira votação ontem na Assembleia.

"Vale destacar, ainda, que nos últimos anos muitos servidores do quadro efetivo se aposentaram e, dos concursos públicos realizados nos anos de 2010 e 2014, ocorreram vários desligamentos, principalmente em função de posses em outros cargos públicos não acumuláveis", diz Ferrari na justificativa.

A reportagem questionou o **TCE**-GO por qual motivo a instituição escolheu substituir cargos e deixou de lado a realização de concurso público. Em nota, o tribunal diz que avaliou a possibilidade de fazer um concurso neste ano, mas chegou à conclusão de que o orçamento para 2021 não comportaria a iniciativa, já que o custo anual de contratação de servidores seria de mais de R$ 6 milhões.

Diante disso, o **TCE** afirma que a opção mais viável para prover as funções necessárias para as novas unidades a serem criadas é por meio dos comissionados.

Ainda segundo o tribunal, há estudos sobre a possibilidade de realizar concurso em 2022 para 30 vagas de analista de controle externo. De acordo com a Corte, a Secretaria de Controle Externo, que atua na área fim (fiscalizando os recursos públicos), perdeu 30% do seu pessoal nos últimos três anos.

Verba

O texto da proposta diz que não há impacto orçamentário para a medida. O **TCE**-GO justificou em nota que isso acontece porque havia previsão no orçamento para os cargos extintos. O argumento é contraditório, já que o tribunal afirma também que a falta de espaço no orçamento é o motivo para concurso público não ser realizado.

No projeto, há ainda a previsão de novas gratificações de funções para os titulares da presidência, vice-presidência, Corregedoria-Geral, Ouvidoria, Escola Superior de Controle Externo, além das presidências das 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas e Procuradoria-Geral de Contas. Consta do texto que não há impacto

orçamentário para a medida. A reportagem questionou o **TCE**-GO se as novas gratificações substituirão outro subsídio, pois a questão não está clara no projeto, mas a assessoria informou que não havia tempo suficiente para responder a questão até o fechamento desta edição.

Em fevereiro, a Assembleia aprovou projeto semelhante do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO), que substituiu 105 cargos efetivos por 102 comissionados no quadro de pessoal da instituição. O custo dos novos cargos é de R$ 13,24 milhões.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/19-marco-2021/1o-caderno

Caiado libera R$ 1,1 milhão para Filarmônica de Goiás

Redação

Considerada uma das três melhores orquestras do país, a Filarmônica de **Goiás** segue como prioridade para o Governo do Estado. Por meio da Secretaria de Cultura, o governador Ronaldo Caiado liberou, em meados de março, R$ 1,1 milhão, que será distribuído em seis parcelas a serem pagas de janeiro até junho. A verba contemplará o projeto "Filarmônica de **Goiás** - A Orquestra do Coração do Brasil -41 anos tocando o coração das pessoas".

De acordo com o cronograma de pagamento, os músicos têm acesso ao dinheiro após fornecerem a prestação de contas. Até o momento, os artistas receberam em fevereiro o pagamento referente ao mês de janeiro. O repasse está em dia.

A preocupação do Executivo com o setor cultural não é de agora. Em dezembro do ano passado, sob determinação do governador, foram recontratados, pelo prazo de seis meses, os 49 músicos da Orquestra Filarmônica de **Goiás** que haviam sido dispensados. A medida foi um projeto emergencial para resolver o impasse gerado com a exoneração dos profissionais, recomendada pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em outubro.

Com a ação, o governo estadual garantiu os postos de trabalho dos artistas até que seja finalizado o processo para contratar uma organização social (OS) que realizará a gestão do corpo sinfônico.

A Orquestra também foi beneficiada com a ordem de pagamento, assinada por Caiado em fevereiro deste ano, no valor de R$ 2,561 milhões, oriundos do Fundo de Arte e Cultura do Estado de **Goiás** (Fundo Cultural), referente a débitos atrasados de 2018. Por meio do instituto que era responsável pelos músicos naquele ano, a Filarmônica recebeu R$ 1.247.449,10.

Espaços Culturais

Preocupado com as consequências econômicas ocasionadas pela pandemia da Covid-19, Caiado também determinou o lançamento de edital de Chamamento para Dinamização de Espaços de Cultura do Fundo Cultural de **Goiás**. Ele autorizou a destinação de R$ 2 milhões da Lei Orçamentária Anual da Secult para apoiar locais privados ou municipais que promovam atividades culturais, bem como geração de renda aos trabalhadores da cultura.

De acordo com o secretário interino da Secult, César Moura, os editais foram pensados a partir das diversas reuniões com representantes do segmento e visa ser mais uma via de apoio no enfrentamento à atual crise sanitária enfrentada em todo o mundo. "Com os espaços sem poder receber público, é preciso garantir a subsistência das famílias que dependem desses postos de trabalho" ressalta. A previsão é de que sejam mantidos 1.050 empregos diretos com esta ação do Governo de **Goiás**.

As inscrições, que devem ser abertas ainda este mês, serão pela plataforma Mapa Goiano. A Secult fará a divulgação dos prazos e disponibilizará as demais informações em suas redes sociais, site institucional e por meio da imprensa.

Funcionamento

Serão destinados R$ 1,250 milhão para contemplar mais de 50 espaços como teatros, galerias de arte, cinemas, centros culturais, entidades culturais cineclubes e pontos de cultura privados (com ou sem fins lucrativos), ou públicos - ligados às prefeituras do interior goiano. Aos espaços públicos municipais, será reservada cota preferencial de 50%. A estimativa é de que pelo menos 600 empregos diretos serão

beneficiados com os recursos; dentre eles, equipe de apoio às atividades artísticas.

Os R$ 750 mil restantes serão aplicados em nove projetos que visem apoiar eventos e festivais culturais produzidos para a internet nas áreas do circo, dança, artes visuais, música, teatro, letras e cinema. A previsão é de que pelo menos 450 empregos diretos sejam contemplados com os recursos. Também haverá cota preferencial de 50% para projetos municipais, voltados ao fomento no interior goiano.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210319

Projeto prevê criação de 24 cargos com issionados

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) encaminhou projeto à Assembleia Legislativa que propõe a substituição 55 cargos efetivos, para concursados, por 24 comissionados, para indicados.

As novas contratações custariam R$ 2,8 milhões por ano. Já os cargos efetivos em transformação têm custo estimado de R$ 6,7 milhões, mas atualmente estão vagos. As informações constam nos anexos do projeto que tramita na Casa. "A medida tem por finalidade, tão somente, incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle, constitucionalmente atribuído a este Tribunal de Contas com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas aos membros desta Corte de Contas", afirmou o presidente do **TCE**-GO, Edson Ferrari, justificando o projeto.

A matéria foi protocolada no Legislativo no dia 15 de fevereiro. Na Comissão Mista, recebeu pedidos de vista dos deputados Delegado Eduardo Prado (DC), Karlos Cabral (PDT), Delegada Adriana Accorsi (PT), e Helio de Sousa (PSDB), durante sessão da quarta-feira, o que paralisa o andamento da lei.

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/19-marco-2021/daqui-go

Deputados podem aprovar em definitivo projeto que altera cargos efetivos por comissionados no TCE-GO

Gabriela Macedo

O plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) aprovou em primeira votação, nesta quinta-feira, 18, o projeto de lei nº4047/21, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**). Com o projeto, a Casa de Contas goiana pretende fazer alterações no quadro de funcionários, substituindo 55 cargos efetivos por 24 comissionados. Segunda votação está prevista para a próxima segunda-feira, às dez horas da manhã.

Cargos de técnico e analista

O projeto altera a Lei Estadual de nº 15.122/2005, que institui o plano de carreiras e o quadro permanente de servidores do **TCE**-GO. Essa modificação tem por objetivo extinguir 40 cargos efetivos de técnico de Controle Externo e 15 de analista de Controle Externo, que atualmente se encontram vagos, e a criação de novos comissionados.

A explicação para a solicitação é que das 350 vagas para cargos de analista de Controle Externo existentes no Tribunal, apenas 226 estão ocupadas. Já das 80 referentes ao técnico em Controle Externo, 55 estão disponíveis. Com a extinção, ainda sobraria uma margem a título de reserva, caso necessário.

O presidente do **TCE**-GO, Edson José Ferrari, justifica à **Alego** que a reorganização do quadro de funcionários tem a finalidade de promover maior efetividade à prestação de serviços de fiscalização e controle.

No documento, o presidente ressalta que a transformação de cargos não acarretará nenhum aumento de despesa. O que acarretaria, segundo estimativa de impacto financeiro realizada pela Casa de Contas, seria uma economia de R$3,8 milhões, ao considerar que o custo total anual de contratações para preencher os 55 cargos efetivos seria de R$ 6,7 milhões e a da transformação para comissionados tem valor estimado de R$2,8 milhões.

Remunerações

O projeto de lei também prevê a criação de gratificações de função aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas e da Procuradoria-Geral de Contas. A seguinte remuneração substituiria as já instituídas pela Lei nº8.270/1977, que atribuiu gratificação aos conselheiros do Tribunal de Contas e ao procurador-geral de Contas, e pela Resolução nº4.560/1993, que concedeu gratificação a chefia de Auditoria Financeira e Orçamentária. Assim, com a transformação, é prevista economia de R$749.148 mil reais.

Na justificativa do texto, o presidente ainda acrescenta que a modificação nos cargos é para compensar a perda de pessoal que ocorreu nos últimos anos. "Muitos servidores do quadro efetivo se aposentaram e, dos concursos públicos realizados nos anos de 2010 e 2014, ocorreram vários desligamentos, principalmente em função de posses em outros cargos públicos não acumuláveis", conclui Edson José Ferrari.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputados-podem-aprovar-em-definitivo-projeto-que-altera-cargos-efetivos-por-comissionados-no-tce-go-318145/

TCE quer 'trocar' 55 cargos efetivos por 24 comissionados; Alego avalia

Os deputados estaduais aprovaram em primeira votação realizada na tarde de quinta-feira (18), a **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), o projeto de lei enviado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) que transforma 40 cargos técnicos de nível médio e 15 de Analista de Controle Externo em 24 de cargos em comissão . O placar da votação foi 20 votos a 1.

Segundo os cálculos do próprio **TCE**, os novos cargos custariam R$ 2,85 milhões por ano. Enquanto os cargos a serem extintos somam R$ 6,70 milhões anuais. Os cargos efetivos, no entanto, não representam gastos, já que estão vagos.

Na justificativa, o presidente do **TCE**, o **conselheiro** Edson José Ferrari, argumenta que não haverá aumento de despesas e são cargos atualmente vagos. Assim, o órgão extingue seis funções e gratificações de Conselho Diretor de Auditoria. Mas cria gratificação de 20% para o mandato de presidente do **TCE** e 12,5% pelos exercícios de vice-presidente, corregedor-geral, ouvidor, diretor-geral da escola superior de controle externo e de presidente de câmaras. O projeto prevê ainda a criação de gratificação de 20% para o exercício de procurador-geral.

O projeto é semelhante ao enviado pelo Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) e aprovado em fevereiro, que transformou 105 cargos efetivos em 100 comissionados.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/tce-quer-trocar-55-cargos-efetivos-por-24-comissionados-alego-avalia/

Votações de projetos da convocação extra avançam nessa 2ª-feira

A **Assembleia Legislativa de Goiás** realizará sessão extraordinária remota nesta segunda-feira, 22, às 10 horas, para deliberar três projetos de lei do Poder Executivo e dois do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em segunda fase. A matéria que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas e a propositura que trata de programa de incentivos fiscais são os destaques da pauta de convocação.

Outras quatro proposições assinadas pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) também deverão ser votadas pelo Plenário, assim que a Comissão Mista emitir sinal verde. Isso porque esses projetos receberam pedidos de vista na última reunião do colegiado e voltarão à pauta de deliberações na próxima segunda-feira.

Na oportunidade, o debate sobre a aquisição de vacinas contra a covid-19 deve ser retomado pelo Parlamento goiano. Durante a sessão extraordinária realizada nessa quinta-feira, 18, diversos parlamentares se manifestaram sobre o futuro do estado de **Goiás** em relação à pandemia e à vacinação.

Vale lembrar que, tanto as sessões plenárias como as reuniões da Comissão Mista e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) convocadas pelo presidente Lissauer Vieira (PSB), no último dia 17, estão ocorrendo de forma totalmente remota. As atividades presenciais administrativas e grande parte das legislativas estão suspensas com a finalidade de evitar aglomerações e assim, contribuir no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Só estão trabalhando presencialmente na **Alego** os departamentos imprescindíveis para a realização das atividades legislativas e, ainda assim, com número reduzido de servidores. Os demais funcionários seguem na modalidade de teletrabalho.

Projetos do Governo aptos à 2ª fase de discussão e votação

O Plenário vai deliberar a matéria de nº 4367/21 , que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Conforme destacado pela Secretaria da Economia, o refinanciamento além de possibilitar a regularização das dívidas, amplia o prazo dos contratos para 360 meses, com a taxa de 4% ao ano. "Dessa forma, suaviza os desembolsos mensais do Estado com o pagamento dessas obrigações", explica o ofício encaminhado pelo Governo do Estado. Como a matéria foi aprovada em primeira fase, ela precisa ser aprovada em mais uma etapa de votação do Plenário para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado.

Outro projeto apto à ser votado em definitivo tem o de nº 4232/21 , que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Também aguarda a segunda votação o projeto de lei nº 3577/21 , queAltera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias

estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versará sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Matérias do **TCE** aptas à segunda votação

Dois projetos de lei do **Tribunal de Contas do Estado** aguardam aprovação definitiva. O primeiro se encontra protocolado sob onº 4047/21 ; ele altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, com o objetivo de promover alterações no quadro funcional do **TCE**.

Em justificativa encaminhada à **Alego**, o presidente do **TCE**, **Edson Ferrari**, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

Edson Ferrari acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

A segunda proposição é a de nº 4048/21 , que altera a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para criar as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **TCE**.

"Trata-se, portanto, de mais um canal de comunicação entre o cidadão e o Poder Público, sempre, neste caso específico, em benefício da boa e eficiente administração, do interesse público e da proteção ao erário", esclarece o projeto.

Projetos de lei da Governadoria que aguardam aval da Comissão Mista

Os integrantes da Comissão Mista vão voltar a deliberar outras proposituras do Poder Executivo que cumprem período de vistas. Eles devem ser votados nesta segunda-feira e encaminhados ao Plenário para primeira votação.

Entre eles, aparece a proposição de nº 4433/21 , que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997, a qual trata de matéria tributária. A propositura teve parecer favorável do deputado Wilde Cambão (PSD). Porém, não foi aprovada devido aos pedidos de vistas dos deputados Karlos Cabral (PDT), Antônio Gomide (PT), Helio de Sousa (PSDB), Major Araújo (PSL) e Delegado Eduardo Prado (DC).

Já o processo de nº 4434/21 altera as Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública Estadual. A propositura recebeu parecer favorável do deputado Tião Caroço (DEM) e pedidos de vistas dos deputados Karlos Cabral, Antônio Gomide, Helio de Sousa, Major Araújo e Delegada Adriana Accorsi (PT).

E ainda, o projeto de nº 4435/21 , que revoga a Lei nº 20.094, de 23 de maio de 2018, a qual autoriza a **concessão** de uso do imóvel que especifica. A matéria recebeu pedidos de vistas dos parlamentares Karlos Cabral, Virmondes Cruvinel (Cidadania) e da deputada Delegada Adriana Accorsi.

Por último, o projeto de lei, protocolado com o nº 4436/21 , com assinatura do governador, chegou à Casa nessa quinta-feira, 18, e deve começar a tramitar no colegiado nesta segunda-feira. A propositura indica o nome de Marcelo Nunes de Oliveira para compor o cargo em comissão de **conselheiro** do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**).

Proposições assinadas por deputados

A pauta da Ordem do Dia prevista para a próxima sessão extraordinária traz, ainda, projetos de lei assinados por parlamentares da **Alego**. Confira nesse link .

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/votacoes-de-projetos-da-convocacao-extra-avancam-nessa-2a-feira/

Alego aprova PL que extingue cargos efetivos e cria comissionados e institui gratificações no TCE-GO

Marília Costa e Silva

O Plenário da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) aprovou em primeira votação o projeto de lei nº 4047/21, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005. O objetivo é promover alterações no quadro funcional do **TCE**. O placar da votação foi 20 votos a 1.

Em justificativa encaminhada à **Alego**, o presidente do **TCE**, Edson José Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal". Ele prevê a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que se encontram vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada.

A proposta também cria gratificações de função. Elas serão atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora. A Escola Superior de Controle Externo e, também, as Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas, terão direito ao benefício.

Segundo Edson Ferrari, a matéria tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Em fevereiro, com 25 votos favoráveis e nenhum contrário, os deputados também aprovaram, em segunda votação, nessa quinta-feira (25), na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 3312/21, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** . A matéria altera os anexos IX, XII e XIII da Lei nº 17.663, de 14 de junho de 2012, para substituir cargos efetivos em comissionados.

A propositura transformou, sem aumento de despesa, 105 cargos de provimento efetivo em 100 cargos de assistente administrativo de Juiz de Direito Dae-3. Sendo estes um cargo de assistente de Juiz de Direito, Dae-5, para atender necessidade dos serviços da 2ª Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores da Comarca de **Goiânia**; e um cargo em comissão de Conciliador DAE-4, para o Juizado Especial da Fazenda Pública.

Site: https://www.rotajuridica.com.br/alego-aprova-pl-que-extingue-cargos-efetivos-e-cria-comissionados-e-institui-gratificacoes-no-tce-go/

TCE de Goiás quer trocar 55 cargos efetivos por 24 comissionados

Karla Araújo

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) tem a intenção de substituir 55 cargos efetivos de seu quadro de pessoal por 24 comissionados. O projeto que trata sobre o tema foi aprovado em primeira votação ontem na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

As novas contratações custariam R$ 2,8 milhões por ano. Já os cargos "em transformação" têm custo anual estimado em R$ 6,7 milhões, mas atualmente estão todos vagos. Os cargos efetivos precisam ser ocupados por pessoas que ingressam em uma instituição por meio de concurso público. Já os comissionados são de livre escolha.

Na justificativa do projeto, o presidente do **TCE**-GO, **conselheiro Edson Ferrari**, afirma que o objetivo é "incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle". Se a matéria for aprovada, serão extintos 40 cargos de técnico em controle externo e 15 de analista de controle externo.

De acordo com Ferrari, o **TCE**-GO possui 350 postos para analistas de controle, sendo que 124 estão vagos atualmente. No caso dos técnicos em controle, são 25 vagas ocupadas, do total de 80. Neste contexto, a extinção dos 55 postos sem ocupação é vista como "razoável".

O presidente também argumenta na justificativa que a escolha de pessoas para ocupar os cargos observará "as necessárias qualificações técnicas". Os novos postos devem atender principalmente a Ouvidoria e a Escola Superior de Controle Externo, criadas por meio de outro projeto também aprovado em primeira votação ontem na Assembleia.

"Vale destacar, ainda, que nos últimos anos muitos servidores do quadro efetivo se aposentaram e, dos concursos públicos realizados nos anos de 2010 e 2014, ocorreram vários desligamentos, principalmente em função de posses em outros cargos públicos não acumuláveis", diz Ferrari na justificativa.

A reportagem questionou o **TCE**-GO por qual motivo a instituição escolheu substituir cargos e deixou de lado a realização de concurso público. Em nota, o tribunal diz que avaliou a possibilidade de fazer um concurso neste ano, mas chegou à conclusão de que o orçamento para 2021 não comportaria a iniciativa, já que o custo anual de contratação de servidores seria de mais de R$ 6 milhões.

Diante disso, o **TCE** afirma que a opção mais viável para prover as funções necessárias para as novas unidades a serem criadas é por meio dos comissionados.

Ainda segundo o tribunal, há estudos sobre a possibilidade de realizar concurso em 2022 para 30 vagas de analista de controle externo. De acordo com a Corte, a Secretaria de Controle Externo, que atua na área fim (fiscalizando os recursos públicos), perdeu 30% do seu pessoal nos últimos três anos.

Verba

O texto da proposta diz que não há impacto orçamentário para a medida. O **TCE**-GO justificou em nota que isso acontece porque havia previsão no orçamento para os cargos extintos. O argumento é contraditório, já que o tribunal afirma também que a falta de espaço no orçamento é o motivo para concurso público não ser realizado.

No projeto, há ainda a previsão de novas gratificações de funções para os titulares da presidência, vice-presidência, Corregedoria-Geral, Ouvidoria, Escola Superior de Controle Externo, além das presidências das 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas e Procuradoria-Geral de Contas. Consta do texto que não há impacto

orçamentário para a medida. A reportagem questionou o **TCE**-GO se as novas gratificações substituirão outro subsídio, pois a questão não está clara no projeto, mas a assessoria informou que não havia tempo suficiente para responder a questão até o fechamento desta edição.

Em fevereiro, a Assembleia aprovou projeto semelhante do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO), que substituiu 105 cargos efetivos por 102 comissionados no quadro de pessoal da instituição. O custo dos novos cargos é de R$ 13,24 milhões.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/2.234055/tce-de-goi%C3%A1s-quer-trocar-55-cargos-efetivos-por-24-comissionados-1.2215279

TCE-GO encaminha projeto à Assembleia para substituir 55 cargos efetivos por 24 comissionados

Karla Araújo

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) encaminhou projeto à **Assembleia Legislativa de Goiás** que propõe a substituição 55 cargos efetivos por 24 comissionados. As novas contratações custariam R$ 2,8 milhões por ano. Já os cargos efetivos em transformação têm custo estimado de R$ 6,7 milhões, mas atualmente estão vagos. As informações constam nos anexos do projeto que tramita na Assembleia.

"A medida tem por finalidade, tão somente, incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle, constitucionalmente atribuído a este Tribunal de Contas com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas aos membros desta Corte de Contas", afirmou o presidente do **TCE**-GO, Edson Ferrari, na justificativa do projeto.

A matéria foi protocolada no Legislativo no dia 15 de fevereiro. Na Comissão Mista, o texto recebeu pedidos de vista dos deputados Delegado Eduardo Prado (DC), Karlos Cabral (PDT), Delegada Adriana Accorsi (PT), e Helio de Sousa (PSDB), durante sessão realizada nessa quarta-feira (17).

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tce-go-encaminha-projeto-%C3%A0-assembleia-para-substituir-55-cargos-efetivos-por-24-comissionados-1.2214982